

Realidades virtualizadas e o contexto brasileiro: problematizações e resistências

Felipe Casteletti Ramiro
Luís Antônio Francisco de Souza
Maria Eduarda de Moraes Torres
(Orgs.)



**Realidades virtualizadas
e o contexto brasileiro:**
problematizações e resistências

Felipe Casteletti Ramiro
Luís Antônio Francisco de Souza
Maria Eduarda de Moraes Torres
(Orgs.)

Realidades virtualizadas
e o contexto brasileiro:
problematizações e resistências

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Felipe Casteletti Ramiro; Luís Antônio Francisco de Souza; Maria Eduarda de Moraes Torres [Orgs.]

Realidades virtualizadas e o contexto brasileiro: problematizações e resistências. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 363p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1660-7 [Impresso]

978-65-265-1661-4 [Digital]

1. Realidades Virtualizadas. 2. Ciborgue. 3. Capitalismo de Vigilância. 4. Contemporaneidade. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Zaira Mahmud

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Muda-se o cargo mudam-se as redes? Representação de candidatos policiais nas redes sociais virtuais

Luis Fernando de Castro Vascon
Felipe Ramos Garcia

Introdução

Desde o fim da Ditadura Militar, em 1989, candidatos e candidatas, oriundas das forças de segurança do Estado – policiais civis e militares, membros da Forças Armadas, policiais federais e bombeiros militares – disputam eleições nas diferentes esferas da administração. Ao analisar os pleitos entre 1998 e 2014, Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) demonstram que esse número cresce a cada disputa eleitoral. Desde 1987, membros das forças de segurança e outros deputados eleitos para a Câmara dos Deputados se aglutinam em torno da que já foi chamada de “bancada da segurança” e, mais recentemente, de “bancada da bala” (Novello *et al.*, 2022). No ano passado, um grupo suprapartidário, formado por integrantes das forças de segurança e por outros parlamentares institucionalizou a pauta no congresso, com a formação da Frente Parlamentar da Segurança Pública¹. Há uma vasta literatura nas ciências sociais sobre o comportamento de atores políticos no congresso nacional, sobretudo àqueles que se aglutinam em grupos temáticos ou em bancadas. Além da “bancada da bala”, diferentes grupos e atores suprapartidários se

¹ Com 248 deputados e deputadas signatárias e coordenada pelo deputado e ex-policial Alberto Fraga, do Partido Liberal de Sergipe, a frente foi lançada em março de 2023. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/957948-deputados-lancam-frente-parlamentar-da-seguranca-publica/>. Acesso: 11/11/2023.

organizam eleitoralmente em blocos políticos, como a “bancada evangélica”, por exemplo².

Embora a presença de nomes ligados às forças de segurança não seja uma exclusividade da atual legislatura (2022-2026), no último pleito foram 53 deputadas e deputados, oriundos das forças de segurança do Estado eleitos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral³ – o maior número desde a redemocratização. Ademais, a presença de nomes ligados às forças de segurança em cargos executivos também são significativas: se levarmos em conta o período que compreende o fim da ditadura civil-militar e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, esse número ainda é expressivo (Soares, 2006; Pion-Berlin e Martínez, 2017). Mais recentemente, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁴ apontou um número recorde de militares das Forças Armadas em cargos comissionados no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Esse é um panorama que é descrito por Souza e Serra (2020, p. 206) como os militares “assumindo o poder máximo da nação através do voto direto”⁵.

² Prandi, R., & Santos, R. W. dos (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, 29(2), 187–214. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

³ Dados de candidaturas eleitas em 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022>. Acesso: 12/11/2023.

⁴ Schmidt, Flávia. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal. Nota técnica, 2022.

⁵ A participação dos militares de militares na política brasileira ocorre de diversas formas e em diferentes graus desde o final do século XIX. Em muitas ocasiões, essa participação esteve descolada de partidos políticos ou mesmo de lideranças civis organizadas e esteve associada a intervenções mais agudas na política institucional, sobretudo no que tange à segurança pública e defesa interna (Zaverucha, 2005; Saint-Pierre, 1999; Rouquié, 1984). Esse fato explica o porquê de a atuação política dos militares das Forças Armadas ser confundida com a política institucional brasileira, historicamente. (Carvalho, 2003). Sobre essas intervenções, podemos citar alguns exemplos emblemáticos, como a Proclamação da República, em 1889, o movimento Tenentista de 1922, a Revolução de 1930, a deposição de

Esse cenário sugere um recrudescimento da militarização no país, que se justifica no apelo da população por um recrudescimento penal, e se expressa em uma militarização não só da política, mas também da vida, através da militarização da segurança pública no país (Souza, 2015; 2010; Souza e Serra 2020; Nóbrega Junior, 2015).

Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo analisar as representações de candidatos, provenientes das Forças Armadas nas redes sociais digitais, buscando identificar se o perfil construído pelos candidatos nas redes se manteve coerente após a eleição e se a narrativa construída foi sustentada por suas votações na Câmara dos Deputados. O ensaio foca em candidatos que possuem experiência política prévia e que sejam oficiais das Forças Armadas, selecionando, para tanto, o General Eduardo Pazuello e o Tenente Coronel Zucco como objetos de análise. O ensaio abrangeu a rede social Facebook, e as publicações dos parlamentares foram analisadas em um recorte temporal de um ano, compreendendo seis meses antes e seis meses após as eleições do dia 02 de outubro de 2022. A escolha desse período visa capturar tanto a fase de campanha quanto o início do mandato, permitindo uma avaliação detalhada da continuidade ou mudança na autorrepresentação dos candidatos e de sua coerência com as ações parlamentares subsequentes.

A formação do campo militar

Os militares das Forças Armadas possuem um conjunto de práticas específicas e inerentes à posição que ocupam e que se desenvolve dentro de um espaço específico, o campo. Segundo Pierre Bourdieu (2003; 2006), o campo é todo e qualquer espaço social (religioso, político, escolar, acadêmico, artístico etc.), ocupado por agentes que compartilham as mesmas práticas, gostos e interesses. De forma geral, podemos dizer que o campo constitui

Getúlio Vargas, em 1945, a campanha pela legalidade em 1961 e o Golpe civil-militar de 1964.

um “mundo social” que se configura como um espaço estruturado de posições. A autonomia de um campo pode variar não apenas conforme o tempo e o espaço social, mas, também, segundo as próprias forças relativas que se constituem em seu interior e o peso relativo dos papéis atribuídos aos agentes.

O campo é um espaço estruturado de posições ocupadas por diferentes agentes. As práticas e comportamentos dos agentes só são compreensíveis se forem relacionadas às suas posições dentro do campo. Por exemplo, uma continência militar, gesto comum de saudação e reconhecimento hierárquico dentro da caserna, é perfeitamente compreensível pelos agentes do campo militar (e até de indivíduos que não pertencem ao campo). Feito dentro do ambiente militar, por indivíduos uniformizados ou em um contexto de demonstração (a exemplo dos desfiles e paradas), o gesto tem significado para os agentes do campo. Porém, feito fora do ambiente da caserna, por indivíduos não uniformizados e em um contexto diferente dos comuns aos militares, o gesto soa estranho e é visto com estranhamento.

Não obstante existam características de funcionamento gerais inerentes a todos os campos, as características de funcionamento específicas é que delimitam e configuram o campo específico. Os agentes de um campo se posicionam de acordo com o capital acumulado, especialmente o capital econômico (conjunto de bens materiais, dinheiro), o capital social (rede de relações interpessoais) e o capital cultural (conhecimento, livros e diplomas). Na medida em que esses capitais alcançam reconhecimento, tendem a funcionar como o capital simbólico, o qual é caracterizado pela honra, prestígio, autoridade e domínio dentro do campo (Bourdieu, 2003). Segundo Bourdieu, o campo:

[...] pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Essas posições são definidas objetivamente e sua existência e pelas determinações que elas impõem a seus ocupantes agentes ou instituições, devido à sua situação atual ou potencial na estrutura da distribuição das

diferentes espécies de poder (ou de capital), em que posse comanda o acesso aos interesses específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu, Wacquant, apud Bonnewitz, 2003, p. 60).

O conceito de capital em Bourdieu refere-se aos recursos que os agentes possuem, os quais podem assumir diferentes formas: capital econômico (como dinheiro e propriedades), capital social (referente às conexões e redes de relacionamento) e capital cultural (como diplomas e objetos culturais). De modo geral, o capital acumulado pelos agentes impacta em sua posição dentro do campo. No caso do campo militar, podemos destacar a importância de determinados capitais e de que forma eles contribuem para a reprodução do próprio campo. O capital econômico, de modo geral, possui pouco impacto entre os agentes do campo militar. Isso se explica pelo processo histórico de admissão à carreira militar no Brasil que, desde a segunda metade do século XIX se configura com um meio de ascensão social (Castro, 2018). No caso do Exército Brasileiro, a carreira do oficial se inicia após a admissão na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)⁶. Para o processo de admissão à carreira de oficial do Exército, não há requisitos que apontem para a sobressalência de capital econômico.

Embora os capitais estejam, de certa forma, interligados, ou seja, não é possível dissociar uma modalidade de recursos das outras, é fato que os recursos econômicos são pouco mobilizados dentro do campo militar, o que faz parte da filosofia de constituição da instituição. Dessa forma, o capital cultural é mobilizado durante o processo de admissão e durante toda progressão de carreira do oficial, bem como o capital social. O capital cultural se expressa no volume de cursos que o militar realiza ao longo da sua formação, a começar pelo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército

⁶ A Academia Militar das Agulhas Negras é a única escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro.

(EsPCEEx)⁷, formação obrigatória para o ingresso na formação do oficialato. Os requisitos para admissão na escola preparatória são: ser brasileiro nato, ambos os sexos; possuir idade de, no mínimo, 17 (dezessete) e, no máximo, 22 (vinte e dois) anos, completados até 31 de dezembro do ano da matrícula; ter concluído ou estar cursando (no ano da inscrição) o 3º ano do Ensino Médio⁸. A partir daí, o oficial inicia sua formação na AMAN e, ao final de quatro anos, escolhe sua arma (infantaria, artilharia ou cavalaria) e recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares.

A manifestação e impacto do capital cultural fica mais evidente durante a progressão de carreira⁹. Para alcançar as patentes superiores do oficialato, o militar precisa se manter em constante formação continuada, realizando cursos de aperfeiçoamento em instituições de ensino vinculadas (ou não) às Forças Armadas, como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou a Escola Superior de Guerra (ESG), destinada aos oficiais generais. As promoções militares ocorrem segundo o que o próprio campo denomina de “mérito” (Coelho, 1978; Castro, 2018). O mérito diz respeito, em linhas gerais, ao acúmulo de capital cultural que o oficial consegue durante sua formação.

Até a patente de coronel, a progressão de carreira ocorre exclusivamente a partir do mérito. Para a progressão ao generalato a mobilização do capital social torna-se necessária. Isso porque a passagem de oficial superior para oficial general depende de uma

⁷ A Escola Preparatória de Cadetes do Exército é uma instituição de ensino militar localizada em Campinas - São Paulo, que tem como principal objetivo preparar jovens para ingressarem na Academia Militar das Agulhas Negras.

⁸ Dados do Exército Brasileiro. Disponíveis em: <http://www.espcex.eb.mil.br/>. Acesso: 13 nov. 2023.

⁹ De forma simplificada, a hierarquia dos postos e graduações do Exército Brasileiro atual é expressa da seguinte forma, em ordem decrescente: Oficiais-generais: General de exército; General de divisão; General de brigada. Oficiais superiores: Coronel; Tenente-coronel; Major. Oficiais intermediários: Capitão. Oficiais subalternos: Primeiro-tenente; Segundo-tenente; Aspirante a oficial. Praças ou graduados: Subtenente; Primeiro-sargento; Segundo-sargento; Terceiro-sargento; Cabo; Soldado.

aprovação nominal da presidência da república a partir de lista de nomes elaborada pelos 17 generais que compõem o Alto Comando. Dessa forma, a mobilização de conexões é fundamental para que o oficial consiga sua progressão ao generalato, visto que o mérito, ou seja, o capital cultural acumulado, não é suficiente para conquistar a posição. Tudo isso ainda levando em conta as posições verticais dentro do campo. Se levarmos em conta as posições horizontais, a mobilização de capital social é ainda mais importante¹⁰.

De acordo com Bourdieu (2004), para um campo se estruturar em seu processo de autonomização, ou seja, para que ele exista enquanto campo específico e seja legitimado pelos seus agentes e por agentes de outros campos, ele precisa construir os seus próprios agentes, o que, no caso do campo militar, significa investir em uma formação que seja específica, de modo que o pertencimento ao campo seja legitimado por um capital cultural exclusivo. Dessa forma, a construção e legitimação do campo militar passa por um investimento consistente na educação e formação dos oficiais. Isso porque para que o campo se reproduza, os agentes precisam internalizar algumas práticas específicas do campo. Assim, a consolidação do *habitus* militar é fundamental para pensarmos e compreendermos o “ser militar” (Sepulveda, 2013).

O *habitus* militar e suas representações nas redes sociais

Se por sua vez o campo é um espaço ocupado por agentes que possuem as mesmas disposições, um mesmo padrão de comportamento, essas disposições constituem o *habitus*. O *habitus* seriam as disposições pré-conscientes, padrões de comportamento que são internalizados pelos agentes do campo e que funcionam como mecanismo de reprodução dos agentes dentro do campo

¹⁰ Me refiro aqui as posições de comando de brigadas, comandos ou regimentos. Como parte da profissão militar, os deslocamentos são fundamentais. Deslocamentos e postos em locais específicos, como Sul e Sudeste, demandam conexões suficientes para garantir a mobilidade para locais mais prestigiados.

(Bourdieu, 2006; 1983). O *habitus* está diretamente associado à acumulação ou ausência de capital (econômico, cultural, social) por parte do agente. Segundo Bourdieu:

[...] quer saiba ou não, quer queira ou não, [cada agente] é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma “intenção objetiva” como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes (Bourdieu, 1983, p. 72).

Nessa perspectiva, o *habitus* constitui uma prática internalizada, socialmente construída para agir e pensar de modo específico, que age sob o nível de esquemas mentais e corporais. Vindas do meio social, essas disposições são partilhadas pelos agentes que estão submetidos a condicionamentos similares, o que possibilita certa homogeneidade em relação aos agentes que se inserem em um mesmo grupo/espço. O *habitus* compreende um conjunto de relações (sociais, históricas, culturais) em determinado tempo e lugar (Bourdieu, op. cit.).

Enquanto aptidão social, o *habitus* está associado ao comportamento dos agentes e aos condicionamentos sociais, adquiridos nas relações estabelecidas em sociedade. Por exemplo, o *habitus* explica a predileção do agente por determinada música, alimentação, esporte, além das suas próprias escolhas matrimoniais e políticas. Segundo Bourdieu (idem, ibidem), o *habitus* concede relativa homogeneidade aos grupos que possuem uma trajetória social semelhante. No caso dos militares, embora as trajetórias sociais não sejam exatamente homogêneas, o fato de ingressarem ainda jovens na carreira militar, nas escolas de preparação e nas academias de formação de oficiais, horizontaliza as trajetórias e assegura o terreno para construção de uma personalidade militar.

Do ponto de vista institucional, segundo sinaliza Celso Castro (2002), os jovens aspirantes a oficiais, ao ingressarem na carreira

militar tornam-se herdeiros de um conjunto simbólico identificador deste campo, composto por práticas e discursos expressos em cerimônias, rituais e no cotidiano institucional. As instituições preservam, assim, mecanismos que possibilitam o processo de assimilação e introjeção da herança construída. Esse conjunto de práticas que é sistematicamente difundida e rapidamente internalizada pelos jovens aspirantes configura um poderoso elemento de reprodução social. Isso é o que Bourdieu chamaria de *habitus*.

Para além das dinâmicas e das expressões concretas de sociabilidade, de sua estrutura física e produções materiais, as instituições militares materializam-se no campo da subjetividade, como força de perpetuação de determinadas práticas. Este mecanismo é assegurado por um processo de socialização imposto a todos que fazem parte dos seus quadros, cuja construção social advinda deste artifício forma a identidade militar. Tal construção denominada por Castro (2005) de “espírito militar” consiste no processo experimentado pelos jovens aspirantes no ofício das armas de socialização profissional, durante o qual devem apreender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Esta socialização é efetivada quando os sujeitos adquirem disposições percebidas como evidentes e naturais agindo de maneira determinada pelo contexto, pela tradição e pelas regras, sem que seja um processo consciente, quando há a incorporação do *habitus* militar (Castro, op. cit.).

A inserção e ingresso na caserna impõe, àqueles que buscam a carreira como oficial, abraçar valores e princípios de visão e divisão de mundo (mundo civil e mundo militar), que resultarão na apreensão do *habitus* militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta classe. O “nome de batismo” é muitas vezes substituído pelo “nome de guerra”, a “família de origem” na maioria das vezes é substituída pela “família militar”, o local de moradia é ampliado para os locais das transferências e os indivíduos singulares são formatados pela identificação genérica como “soldados”.

Entretanto, as características da personalidade do indivíduo estão ligadas ao grupo por padrões de origem social. Essas características pessoais, que o indivíduo preserva e que o identifica dentro do grupo, são denominadas pelo autor como identidade-eu. O *habitus* estaria enraizado entre essas duas categorias: “nós” e “eu”. Desse modo, como o militar transita em duas configurações sociais distintas, a sociedade civil e o mundo militar, o cruzamento entre a identidade nós (militar) e a identidade nós (sociedade civil) atuamos de forma distinta na identidade-eu do militar (Moreira *et. al.*, 2020).

O *habitus* é, segundo Bourdieu (2004), elemento fundamental para a estruturação do campo. Para que o processo de reprodução seja autonomizado pelos agentes do campo, ele precisa construir seus próprios agentes o quê, nesse caso, significa investir na formação. No caso da instituição militar, como assinala Sepulveda (2013), a consolidação do campo militar no Brasil ocorre quando os elementos estruturantes de formação são formados. Nesse sentido, as escolas e academias de formação de oficiais cumprem papel decisivo no processo de internalização de padrões de comportamento e reprodução do “ser militar”.

A educação cumpre, portanto, um papel decisivo no processo de consolidação do campo militar e na internalização do *habitus*. Não obstante, o cuidado que os militares, principalmente, do Exército têm com os currículos de formação das escolas de preparação e academias de formação de oficiais refletem o apreço e a noção que possuem em relação à importância do processo de formação na autonomização do *ethos* militar. Jovens que ingressam ainda antes de completarem a maioria na carreira militar passam a assimilar uma série de elementos que compõem o “espírito militar” e passam, rapidamente, a reproduzir os comportamentos que enxergam nos veteranos e nos instrutores oficiais.

Deputados oficiais e campo militar

Para exemplificar as representações construídas nas redes sociais virtuais, este ensaio adota como objeto de análise os

deputados federais General Eduardo Pazuello (PL-RJ) e Tenente Coronel Zucco (PL-RS).

Eduardo Pazuello formou-se como Oficial de Intendência na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1984. Ao longo de sua carreira militar, cursou o Comando e Estado-Maior no Exército Brasileiro e o curso de Política e Estratégia Aeroespaciais na Força Aérea Brasileira (FAB). Entre suas funções no Exército, Pazuello comandou o 20º Batalhão Logístico Paraquedista e o Depósito Central de Munição, ambos localizados no Rio de Janeiro.

O general também desempenhou um papel de destaque na coordenação das tropas do Exército durante os Jogos Olímpicos de 2016 e, a partir de fevereiro de 2018, foi responsável pela Operação Acolhida, que gerencia o acolhimento de refugiados venezuelanos em Roraima. Durante a intervenção federal no estado, atuou como Secretário da Fazenda no Governo de Roraima, deixando o cargo em 15 de fevereiro de 2019. Em 8 de janeiro de 2020, Pazuello foi nomeado comandante da 12ª Região Militar em Manaus, sucedendo Carlos Alberto Maciel Teixeira, com a missão de reforçar a defesa da Amazônia.

No âmbito federal, Pazuello foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Saúde pelo então ministro Nelson Teich, assumindo a segunda posição na hierarquia da pasta, com destaque para sua experiência em logística, conforme mencionado no momento de sua nomeação, em 22 de abril de 2020. Sua projeção no cenário nacional cresceu em maio de 2020, quando assumiu interinamente o cargo de ministro da saúde após a saída de Nelson Teich. Posteriormente, em 14 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro confirmou sua nomeação oficial como ministro da Saúde, cargo que ocupou até ser substituído pelo médico Marcelo Queiroga, em 15 de março de 2021.

Já o Tenente Coronel Luciano Zucco atuou no Comando Militar do Sul, localizado em Porto Alegre. Na eleição de outubro de 2018, candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) como o deputado estadual mais votado do estado, com um total de

166.747 votos. Posteriormente, na eleição de outubro de 2022, concorreu ao cargo de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo partido Republicanos como o candidato a deputado federal mais votado, com 259.023 votos.

Os dois deputados apresentam trajetórias com pontos de convergência. Tanto Pazuello quanto Zucco possuem carreiras consolidadas no Exército Brasileiro, além de experiência prévia na esfera política antes das eleições para o cargo de deputado federal em 2022, que são o foco desta análise. No caso de Pazuello, essa experiência inclui sua atuação como Ministro da Saúde, enquanto Zucco exerceu previamente o mandato de deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Deputados oficiais e o campo político

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (Bourdieu, 2011, p. 194).

Ao discorrer sobre o campo político, Bourdieu chama atenção para o fato de que o, assim como outros campos, ele se configura como um microcosmo autônomo de macrocosmo social. Nesse sentido, os atores e agentes possuem suas variabilidades e relativa autonomia em relação às suas posições no campo. Contudo, ao pensarmos a dinâmica sobre oficiais do Exército ocupando espaços no campo político, a questão que se coloca é como esses atores agem uma vez que passam a compor o campo político. Suas posições de origem, seus *habitus* de classe enquanto oficiais militares são suprimidos ou existe uma movimentação ambígua?

Quais são as relações e comportamentos que se colocam nessa nova ocupação?

No que se refere às proposições legislativas dos deputados analisados, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o General Pazuello em 2023, foi autor de 8 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e 7 Projetos de Lei (PL). Em 2024, até o mês de outubro, Pazuello apresentou 5 PECs e 15 PLs. No total, até o momento da pesquisa deste ensaio, o deputado foi responsável por 12 PECs e 22 PLs. Em relação aos PLs, apenas 5 possuem coautoria, ao passo que, nas PECs, Pazuello figura como coautor em todas as apresentadas.

De modo geral, as propostas legislativas concentram-se em temas relacionados à segurança pública e ao sistema penal, incluindo iniciativas que visam endurecer penas e aprimorar a legislação penal, como o aumento das sanções para crimes específicos e a regulamentação de procedimentos no Código Penal e no Código de Processo Penal. Além disso, destacam-se projetos, voltados para a estruturação e composição das forças de segurança pública, com foco na melhoria da infraestrutura e na eficácia das operações de segurança. Outros projetos abordam questões sociais, como o combate à violência em escolas públicas, a regulamentação de políticas para o sistema prisional e a criação de serviços de apoio psicossocial para policiais militares, civis e bombeiros.

No campo moral, destaca-se que o General Pazuello coautorizou o PL 2499/2024, que trata da obrigatoriedade de notificação às autoridades policiais por hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde nos casos de interrupção de gestação decorrente de estupro, entre outras medidas. Esse projeto busca monitorar e controlar os casos de aborto legal no Brasil, envolvendo as forças de segurança. Esse enfoque converge com outra proposta em que Pazuello é coautor, a PEC 29/2024, que visa alterar a Constituição Federal para explicitar a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. O texto define que a vida humana se inicia na junção dos gametas masculino e feminino durante a fecundação,

inserindo-se no debate sobre a proteção da gestação e o marco temporal do início da vida.

Em relação ao Tenente Coronel Zucco, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o parlamentar apresentou 6 Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e 18 Projetos de Lei (PLs) no ano de 2023, não havendo registro de novas PECs ou PLs até outubro de 2024. Quanto aos Projetos de Lei, Zucco figura como autor único em 14 propostas e como coautor em 4 delas, enquanto, no caso das PECs, o deputado aparece como coautor em todas as apresentadas.

Em relação aos Projetos de Lei, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem segurança pública e proteção de agentes públicos, com propostas que visam aumentar a segurança de servidores e agentes atuantes no combate ao crime organizado, tipificando homicídios contra essas autoridades como crime qualificado. Além disso, há um foco significativo em educação e escolas cívico-militares, incluindo a criação da Política Nacional das Escolas Cívico-Militares e a implementação de sistemas de alarme de emergência nas escolas para melhorar a segurança. No campo da justiça e sistema penal, Zucco apresenta iniciativas para endurecer punições no Código Penal e regulamentar temas como corrupção e crimes em ambientes escolares. Outro tema relevante é o uso de tecnologia e monitoramento, com propostas para o emprego de reconhecimento facial na localização de crianças e adolescentes desaparecidos e sistemas de alerta com participação de prestadoras de serviços de telecomunicação. Por fim, o deputado também propõe ações voltadas à saúde e ao apoio social, como a gratuidade de justiça para portadores de doenças graves e a criação de bancos de pesquisa para tratamentos experimentais contra o câncer.

No que tange às Propostas de Emenda à Constituição, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem questões relacionadas à economia, governança e justiça. Um exemplo é a PEC 6/2023, que exige autorização prévia do Congresso Nacional para operações de crédito envolvendo outros países ou suas sociedades estatais.

Outro foco está em propostas que tratam da imunidade tributária, como a PEC 5/2023. Zucco também apoia a regulação do indulto presidencial, conforme a PEC 7/2023.

Deputados oficiais e o campo virtual

No campo virtual, General Pazuello conta com 273 mil seguidores no *Instagram* e 7,1 mil seguidores em sua página verificada no *Facebook*. No Facebook, até a metade de junho de 2022, as publicações em sua maioria, se concentraram em exposições de reuniões e encontros, e algumas postagens sobre o âmbito das forças armadas. A partir de 24 de junho, as publicações parecem apresentar um caráter de eleitoral:

Tabela 1 – Publicação no Facebook do General Pazuello no dia 24 de junho de 2022.


Imagem	Legenda
	<p>Faltam 100 dias para definirmos o futuro do nosso Rio de Janeiro. A pergunta que eu te faço é: qual caminho você quer seguir?</p> <p>#TamoJunto General Pazuello #GeneralPazuello #FocoNaMissão #RioDeJaneiro #RJ #Brasil</p>

Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=133826459326539&set=a.122193277156524>>. Acesso em: 01/10/2024.

Nos meses seguintes, a estratégia de campanha de Pazuello nas redes sociais foca em destacar realizações do governo de Jair Bolsonaro. Em junho e julho, ele se afasta do enfoque militar, alinhando suas postagens ao governo federal. Em agosto, há um

aumento de publicações com apoio de figuras como Michele Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, e de outros apoiadores. Nesse mesmo mês, ele intensifica críticas ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva e oficializa sua candidatura a deputado federal, destacando a aliança com Jair Bolsonaro como sua principal bandeira.

Tabela 2 – Publicação no *Facebook* do General Pazuello no dia 16 de agosto de 2022.

Imagem	Legenda
	<p>Agora é #FocoNaMissão, pelo RJ! Para Deputado Federal, vote General Pazuello, vote 2212. #TamoJunto, galera! #GeneralPazuello #RioDeJaneiro #RJ #DeputadoFederal #PL22 #Brasil</p>

Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=150268147682370&set=a.111871471522038>>. Acesso em: 01/10/2024.

Em setembro, a poucos dias das eleições, Pazuello realiza algumas postagens pontuais sobre temas relacionados à saúde. Nesse mesmo período, seu discurso de pânico ganha força, com publicações que mencionam, por exemplo, uma suposta manchete da revista *Veja*, afirmando que o MST retomaria as invasões de terras caso Lula vencesse. Em outra suposta publicação do portal *Terra*, é mencionado que Lula teria afirmado querer "compartilhar" a Amazônia com outros países, defendendo uma "governança global" da região. Já em outubro, após ser eleito, quase que a totalidade das publicações são voltadas para o segundo turno entre Jair Bolsonaro e Lula, com ênfase em um teor mais agressivo em comparação as publicações dos meses anteriores. Em novembro, já com a derrota de Bolsonaro no segundo turno, as publicações de Pazuello se concentram em descredibilizar a votação:

Tabela 3 – Publicações no *Facebook* do General Pazuello nos dias 7 de novembro e 23 de novembro de 2022.



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=173386472037204>> e <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=177832464925938>>. Acesso em: 01/10/2024.

Nos meses seguintes, as postagens de Pazuello deixam de focar na campanha e passam a abordar temas de segurança pública. Entre dezembro e fevereiro, houve uma diminuição significativa nas publicações, com retomada em março. Nesse mês, destacam-se duas postagens: no dia 24, sobre a Lei 14.531/23, que trata de ações de saúde mental para profissionais de segurança pública, e no dia 28, sobre violência contra professores. Em abril e maio, a maioria das postagens é voltada a projetos aprovados na Câmara. É relevante mencionar que, em 2023, as referências a Jair Bolsonaro nas publicações de Pazuello são quase inexistentes.

Zucco apresenta um perfil mais engajado do que Pazuello, com 188 mil seguidores no Facebook e 347 mil seguidores no Instagram. O perfil oficial de Zucco no *Facebook* é mais abrangente, desde postagens com artes mais elaboradas, as mais simplórias. No geral, o Tenente-Coronel Zucco apela por publicações populistas e com grande apelo pela moral conservadora.

Tabela 4 – Publicações no *Facebook* do Tenente Coronel Zucco nos dias 18 e 19 de maio de 2022.

Imagem	Legenda
	<p>Juntos na mesma trincheira! #Bolsonaro</p>
	<p>Parece piada Mas não é!!! Respeitem a Democracia, não rasguem a nossa Constituição 🇧🇷</p>

Fonte: < <https://www.facebook.com/photo/?fbid=300706508928646> > e < <https://www.facebook.com/photo/?fbid=301406925525271> >. Acesso em 01/10/2024.

Em junho de 2022, as publicações sobre escolas cívico-militares são frequentes na página de Zucco, destacando-se como uma de suas principais pautas. Ele também intensifica críticas à esquerda, afirmando que esta pretende "acabar com a educação das nossas crianças", referindo-se à lei de Porto Alegre sancionada por Sebastião Melo, que proíbe linguagem neutra nas escolas. Em julho, ao oficializar sua candidatura ao parlamento federal, suas postagens com Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão se intensificam. Em agosto, as publicações alternam entre apoio aos dois candidatos e registros de eventos de campanha, como carreatas. Em setembro, figuras como Damara Alves, Onyx Lorenzoni e General Heleno

aparecem em vídeos manifestando apoio a Zucco. A pauta das escolas cívico-militares, apesar de ser central em seu discurso, aparece raramente em suas postagens no *Facebook* neste mês.

Em outubro, Zucco mantém um padrão de postagens que enaltecem Jair Bolsonaro e criticam Luiz Inácio Lula da Silva, comparando-o a um presidiário. Após as eleições, ele reafirma seu apoio a Bolsonaro, fazendo uma publicação que supostamente acusa a Rede Globo de comemorar a vitória de Lula, a qual classifica como uma manifestação do que chama de “o sistema se revelando”. Em novembro, as publicações de Zucco concentram-se predominantemente em críticas ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. É notável que Zucco se refere ao novo governo como se este já tivesse assumido, mesmo que a posse oficial ocorra apenas em 2023. Um exemplo desse tipo de publicação ocorre quando o tenente-coronel alega que um “novo imposto de Lula pode tirar 4 bilhões do bolso do trabalhador”, antecipando ações governamentais. O mesmo padrão de publicações segue em dezembro. As publicações de janeiro a maio de 2023 indicam que Zucco adota uma postura clara de oposição ao governo federal, frequentemente defendendo a administração de Jair Bolsonaro. Ele utiliza postagens sensacionalistas ou descontextualizadas, como a alegação de que militantes de extrema-esquerda estariam infiltrados no episódio de 8 de janeiro, para criticar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Vale destacar que temas como segurança pública e escolas cívico-militares, apesar de serem pautas centrais em sua representação virtual, quase não são abordados nesse período.

Considerações finais

No caso dos deputados federais General Eduardo Pazuello e Zucco, a ideia de campo político ajuda a entender como esses militares, ao entrarem na arena política, negociam e transformam seu capital militar (autoridade, disciplina, experiência estratégica) em formas de capital político. A análise de suas representações nas redes sociais, por exemplo, pode ser vista como uma estratégia

dentro desse campo, onde suas ações e discursos buscam construir uma imagem pública que reforce sua legitimidade e os posicione de maneira vantajosa frente aos eleitores e demais agentes políticos. O campo político, portanto, não é estático; é um espaço de competição e conflito, no qual cada ator tenta definir as regras e as condições do jogo para maximizar seu poder e influência. A coerência (ou falta dela) entre o discurso nas redes e as ações legislativas de Pazuello e Zucco pode ser interpretada como parte de suas estratégias de posicionamento e atuação nesse campo.

Observa-se que, antes das eleições, as propostas de campanha de Pazuello não eram discutidas nas redes sociais. As publicações concentravam-se em reuniões, demonstrações de apoio e poucas referências ao Exército, mas com grande ênfase na proximidade com Jair Bolsonaro. Embora tenha se projetado como ex-ministro da Saúde, tanto suas postagens quanto sua atuação política não apresentavam vínculos significativos com a área da saúde. Em vez disso, destacou-se por defender pautas relacionadas à inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Esse comportamento é observado no caso de Zucco, que, após ser eleito, quase não faz mais referência ao seu histórico militar em suas redes sociais. Zucco adota uma postura que se aproxima da de um político profissional, posicionando-se como uma figura central e estratégica na oposição ao governo Lula. Ele direciona suas ações e discursos para temas políticos amplos, enfatizando sua atuação parlamentar e distanciando-se da imagem exclusivamente associada ao militarismo.

A análise de Pazuello e Zucco à luz do conceito de capital político de Bourdieu evidencia como ambos convertem seus capitais acumulados no campo militar em ativos estratégicos no campo político, sobretudo nas eleições. Pazuello, ao destacar sua experiência como general e ex-ministro da Saúde, utiliza esse capital simbólico para reforçar sua posição no campo político e se associar ao bolsonarismo, um movimento que valoriza figuras militares como ícones de ordem e patriotismo. Essa aliança com Jair Bolsonaro amplifica seu capital político, pois permite a Pazuello

converter seu prestígio militar em apoio popular e político, consolidando sua identidade como defensor das pautas do governo Bolsonaro. Zucco, por sua vez, também explora o capital simbólico derivado de sua posição como tenente-coronel e deputado estadual. Ele construiu sua imagem pública com base em pautas relacionadas à segurança pública e à defesa de valores conservadores, temas que se alinham ao bolsonarismo. Esse uso de seu capital militar como legitimador de suas propostas e ações políticas é essencial para se estabelecer no campo político federal, onde ele converte sua trajetória militar em uma fonte de autoridade moral e política, atraindo o apoio de eleitores e aliados que compartilham dos mesmos valores e discursos conservadores. O uso do capital político de Pazuello e Zucco, baseado em suas carreiras militares, foi intensamente mobilizado durante as campanhas eleitorais e na busca por apoio para votações na Câmara. Essa estratégia, centrada no simbolismo e na autoridade associados ao militarismo, serviu para legitimar suas candidaturas e atrair eleitores que valorizam pautas conservadoras e de segurança pública.

Entretanto, após as eleições, ambos os perfis demonstraram uma mudança de abordagem. Embora continuem a utilizar a imagem de figuras públicas associadas ao bolsonarismo, há uma evidente diminuição na ênfase sobre o militarismo como elemento central de suas postagens e discursos. Essa mudança pode ser interpretada como um esforço para expandir sua base de apoio e legitimar suas ações parlamentares por meio de temas que ressoem com um público mais amplo, afastando-se da narrativa explicitamente militarista que caracterizou suas campanhas.

Referências

BERLATTO, Fábica; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças

Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (21), 77–120, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de ciência política**, p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e a política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2005.

CASTRO, Celso (org.). **A família militar no Brasil**: transformações e permanências. Rio de Janeiro: FGV editora, 2018.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **A socialização profissional dos militares brasileiros**: notas sobre uma investigação antropológica na Caserna. *Revista Etnográfica*, v.8, n.1, p 79-90, 2004.

CASTRO, Celso. **Exército e Nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a Polícia na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

MOREIRA, Nádia; SILVA, Rita; CELESTINO, Sabrina. *Habitus militar: reflexões sobre os sujeitos da caserna*. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 74, p. 33-50, maio/set. 2020.

NOBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, Feb. 2010.

NOVELLO, Roberta; ALVAREZ, Marcos César. Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Volume 15, nº 1. Rio de Janeiro, 2022.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo social**, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

SCHMIDT, Flávia. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal**. IPEA. Nota técnica, 2022.

SEPULVEDA, José. A formação do campo militar e educacional a partir dos conceitos de campo e *habitus*. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 8, n. 16, agosto/dezembro de 2013.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e Autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 207-223, Apr. 2015.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205-227, Aug. 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002.** Rio de Janeiro: Record, 2005.